

*Ata da 1ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 16 de março de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial sobre o **Seminário Estadual de Reforma Política**, proposta pelos Deputados Fabrício Falcão, Zó e Bobô. A Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs: Deputado Fabrício Falcão; Deputados Federais Moema Gramacho e Daniel Almeida - Coordenadores do Seminário da Reforma Política na Câmara dos Deputados, Benito Gama e Arthur Maia - membros da Comissão Especial da Reforma Política na Câmara dos Deputados, Alice Portugal e Elmar Nascimento; Luiz Viana Queiroz, Presidente da OAB-BA; Elke Petersen, Chefe da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores, representando o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Lourival Trindade; Rui Nestor Bastos Melo, Procurador Regional Eleitoral; Prefeita Maria Quitéria, Presidente da UPB; Antônia Garcia, representando o Neim; Carlos Moura, representando o Movimento Nacional Contra a Corrupção Eleitoral; Aurino Pedreira, Presidente da CTB-BA; Mariana Dias, Presidente da UEB-BA; e Fabrício Bastos, representando a OAB. O Sr. Presidente pediu desculpas por ter que se ausentar da Sessão em razão de compromissos assumidos anteriormente e, desejando sucesso nesta discussão política, especialmente por ser uma das reivindicações de mudança solicitada pelo povo brasileiro, passou a condução dos trabalhos ao Deputado Fabrício Falcão. O Deputado Fabrício Falcão esclareceu o objetivo da Sessão, que é o de acompanhar e compreender como está sendo realizada a discussão da reforma política no Congresso Nacional e colaborar, de forma responsável, para modificar a estrutura do sistema político brasileiro. O Deputado Federal Daniel Almeida prestou esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos da Comissão Especial de Reforma Política na Câmara dos Deputados, que tem como referência a PEC nº 352/2003, relatando que a matéria recebeu dezenas de emendas e a Comissão terá até meados de maio para apresentar o parecer. Considerou o tema bastante complexo, defendeu a participação da sociedade e avaliou que a reforma deve contribuir para consolidar as instituições e a democracia no País. Informou a decisão da Comissão de fazer audiências públicas em diversos lugares do Brasil visando mobilizar a sociedade e, em relação aos temas infraconstitucionais, houve uma compreensão de que deveriam tomar como referência a proposta apresentada pela coalizão da sociedade civil, com a participação de mais de 140 entidades. Ressaltou a importância do tema financiamento de campanha, avaliando que precisa de mudança urgente para reduzir a matriz geradora do ambiente de corrupção. Encerrou dizendo que “A melhor reforma é aquela que corresponder mais ao interesse social e que aprofundar, naturalmente, o processo democrático brasileiro”. A Deputada Federal

Moema Gramacho apresentou um livro com o resumo das proposições construídas ao longo de audiências e debates realizados com as participações de entidades e de diversos movimentos sociais. Considerou que a reforma política precisa ouvir todas as propostas, avaliar os consensos e as divergências visando como máxima a moralização do País. Defendeu a participação mais efetiva da mulher no poder público, condenou o financiamento empresarial e sugeriu um trabalho mais amplo para divulgar a importância da reforma para a vida dos brasileiros. Tratou das mobilizações populares e ponderou que o problema da corrupção faz parte da história do Brasil, contudo, atualmente, tem sido combatido com mais rigor. Encerrou convocando a sociedade a ocupar o Congresso Nacional para cobrar a aprovação da reforma política. O Deputado Federal Arthur Maia considerou o tema muito difícil de ser debatido no meio político, visto que o legislador se encontra envolvido no processo. Avaliou que não se pode adiar mais a implantação dessa reforma e teceu considerações sobre alguns temas que considera relevantes, a exemplo do custo de campanha, redução de partidos e a eleição unificada. Manifestou oposição à proposta do Vice-Presidente da República, Michel Temer, do “distritão”, comentou as circunscrições eleitorais e encerrou avaliando que debates dessa natureza contribuem para “a construção de uma reforma política decente e que qualifique a democracia brasileira”. O Sr. Luiz Viana apresentou explicações sobre a coalizão para elaborar a reforma democrática, esclarecendo que foi criado um conjunto de entidades que trabalhou para a apresentação do anteprojeto que se tornou um projeto de lei e alterou a Lei Complementar nº 6.490 e continua trabalhando para apresentar uma proposta mais ampla. Fez breve leitura do manifesto com um anteprojeto de legislação eleitoral e política, disponível, na íntegra, no site da OAB, analisou a manifestação popular ocorrida em 15/03 e concluiu dizendo que “uma proposta de reforma política é, ao mesmo tempo, uma questão jurídica e uma questão política e deve envolver não apenas os políticos, mas a sociedade”. O Sr. Presidente registrou a presença de autoridades e representantes de entidades e da sociedade civil. O Deputado Federal Benito Gama disse que a Comissão Especial tem realizado audiências em vários estados visando discutir e contribuir para a reforma política e lembrou que esse tema já vem sendo discutido no Brasil em torno de 25 anos. Ressaltou a importância da reforma para o fortalecimento da democracia e para a credibilidade da classe política, pois não há mais espaço para o processo político-eleitoral vigente. Finalizou avaliando que o grande desafio é fazer em 2016 e 2018 o início de um processo de escolha política mais democrática e ética. O Sr. Rui Nestor avaliou o sistema eleitoral atual, “que fracassou em seus propósitos”, comentando sobre o sistema partidário, que não proporciona uma sintonia de representatividade popular entre os eleitos e os eleitores. Tratou da fidelidade partidária, cobrando participação mais efetiva das mulheres nas eleições, e sobre matérias que são de responsabilidade do Parlamento, “que precisa exercer o papel de legislador”, de fato. Comentou sobre o trabalho do TRE, apresentando algumas sugestões para melhorar e fortalecer o processo eleitoral e, por fim, abordou assuntos pertinentes à reforma política. O Deputado Federal Elmar Nascimento comentou sobre a mobilização ocorrida no dia anterior,

oportunidade em que a população demonstrou descontentamento com o alto índice de corrupção, bem como a insatisfação com o governo da Presidente Dilma Rousseff. Lembrou o caso do “Mensalão”, comentou sobre o desvio de recursos da Petrobras e condenou a carga tributária brasileira. Tratou da reforma política, afirmando que o sistema vigente confunde o eleitor, comentou sobre algumas questões que considera relevantes, a exemplo do financiamento de campanha, e externou preocupação com o projeto que será elaborado pela Comissão e pelo processo de votação. Defendeu a criminalização da corrupção e sugeriu ampliação da estrutura de fiscalização do Ministério Público. Finalizou tratando da reforma da legislação infraconstitucional, que abrange a judicialização da eleição. A Prefeita Maria Quitéria externou preocupação com o fato de a reforma política não ser discutida de forma participativa com a sociedade e com os políticos e que exige uma mudança de cultura. Defendeu uma participação mais efetiva da mulher no poder público, bem como que a sociedade acompanhe mais de perto o trabalho dos políticos e censurou a corrupção. Teceu considerações sobre alguns temas, como a realização de eleições a cada dois anos, e concluiu colocando a UPB à disposição para auxiliar nesse grande processo democrático. A Deputada Federal Alice Portugal tratou das mobilizações ocorridas no País, argumentando que são frutos do amadurecimento da democracia, e fez um breve acompanhamento da história do Brasil. Considerou que urge o debate concreto de uma reforma política democrática com a participação da sociedade, visando combater o grave problema da corrupção e aprimorar a democracia. Disse que o atual sistema se esgotou e defendeu uma maior participação das mulheres na política, como também defendeu a punição dos verdadeiros culpados nos escândalos de corrupção. A Sra. Elke Petersen argumentou que a reforma política deve, antes de tudo, passar por uma reforma da educação do eleitor, que deve ter início no Ensino Fundamental. Mencionou o projeto Eleitor do Futuro e considerou que a sociedade deve participar do processo, visto que são os destinatários da reforma política e do sistema democrático. Por fim, chamou a atenção do povo para exercer o dever de fiscalizar os seus eleitos e ressaltou a importância das manifestações populares, “que demonstram a insatisfação do povo com o nível de desrespeito à própria dignidade da pessoa humana”. O Sr. Aurino Pedreira elogiou as mobilizações populares, afirmando que a sociedade clama por um País mais digno e ético. Comentou algumas questões relacionadas à reforma política, “de grande importância para a democracia e uma das matrizes da corrupção”, e cobrou a implantação das reformas tributária e urbana. Por fim, teceu considerações sobre o papel da mídia na formação de opinião do cidadão. A Sra. Antônia Garcia refletiu sobre a gênese do Brasil, “uma gênese de racismo, patriarcalismo e todas as condições desfavoráveis às classes populares, aos negros, às mulheres” que perdura ao longo da história brasileira. Avaliou a reforma política, “que é um desafio muito importante para o Brasil”, e defendeu a realização de audiências itinerantes para ampliar o debate com a sociedade e politizar o povo, sugerindo uma campanha através da mídia. Considerou as manifestações populares ocorridas nos dias 13 e 15/03 a representação da disputa de dois projetos: um que quer ampliar a democracia,

combater a corrupção e avançar nos direitos iguais para toda população; o outro que não aceita a vitória da Presidente Dilma Rousseff. Finalizou elogiando o projeto do PT, “que tem conseguido diminuir as desigualdades sociais, raciais e de gênero”. A Sra. Mariana Dias disse que a sociedade precisa se preocupar em entender o papel da política nos rumos do País e considerou que existe uma crise de representatividade dentro da política. Defendeu uma reforma política democrática e popular, considerou que a parcela da população de jovens, mulheres, negros e LGBT não se sente representada e declarou apoio ao projeto de lei de iniciativa popular capitaneado pela OAB junto com a CNBB e outras entidades. Encerrou colocando as entidades estudantis à disposição para participar do debate sobre a reforma política e disse que a bandeira contra a corrupção é a bandeira da reforma política. O Sr. Carlos Moura apoiou a participação efetiva da sociedade em modificar questões estruturais do País, a exemplo do que vem acontecendo com os debates acerca da reforma política, e mencionou a proposta de iniciativa popular que se encontra protocolada na Câmara Federal há mais de um ano. Disse que pretendem colher um milhão e meio de assinaturas para reencaminhar à Câmara dos Deputados, e posteriormente ao Senado, a exemplo do que aconteceu com a experiência da "Lei da Ficha Limpa". Prestou esclarecimentos sobre o projeto e defendeu a ampliação da participação feminina no poder público, bem como de representantes de setores discriminados e finalizou asseverando que o eleitor precisa fiscalizar e acompanhar o trabalho do político a quem creditou o voto. O Sr. Presidente anunciou a execução do Hino Nacional, agradeceu, em nome do Poder Legislativo da Bahia, a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -